

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS RESULTADOS DURANTE A VIGÊNCIA DE SEU PRIMEIRO ANO

Tatiane Maria do Nascimento¹
Helder de Pereira Lucena²
Adriano Lima da Silva³
Nayara Eneias Souza⁴
Gilberlândio Nunes da Silva⁵

RESUMO

A educação é a base da sociedade por isto o setor educacional tem demandado atenção na execução das normas voltadas para seu desenvolvimento. Essas normatizações objetivam a garantia de um padrão de qualidade escolar visando o cumprimento da Constituição Federal Brasileira. Apesar disso, no ano de 2017 o Brasil se enquadrava como tendo uma das piores educações a nível mundial dentre 70 países analisados. Com o fim de buscar uma melhora educacional, no ano de 2017 foi estabelecida a lei 13.415 estabelecida a reforma do ensino médio. Dentre as muitas vantagens e estratégias que circundam o documento, incluindo a transdisciplinaridade envolvida e a ampliação progressiva da carga horária escolar agrupando os itinerários formativos, é observado na lei que o itinerário formativo será ofertado para o contexto local e de acordo com as possibilidades do sistema de ensino. Essa cláusula nos leva a observação de que na prática as desigualdades irão aumentar uma vez que a formação de um estudante residente em um bairro menos favorecido será diferenciada da alcançada por um aluno em um bairro mais nobre e caso o estudante não se interesse pelo itinerário formativo disponível em sua região o mesmo será levado a custos adicionais com o transporte e outras necessidades para alcançar a formação que deseja. Somado a isso a imaturidade e questões sociais do próprio aluno pode o levar a tomar decisões equivocadas quanto ao itinerário que realmente deseja para se aperfeiçoar como profissão que será levada por toda a sua vida. O objeto deste trabalho é averiguar os dados localizados em site governamental e realizar uma discussão com base nos dados encontrados durante o primeiro ano de vigência do novo ensino médio. Como resultado foi observado que é necessária uma adequação da nova reforma estabelecida.

Palavras-chave: Educação, Reforma do ensino médio, Itinerário formativo.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada do Curso de Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestranda em Engenharia Química - UFCG fjtatiane2012@gmail.com;

² Graduando do Curso de Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Engenheiro de Minas e Mestre em Engenharia Química - UFCG hld.lucena@gmail.com;

³ Graduado pelo Curso de Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestre e Doutor em Engenharia de Materiais - UFCG adrianolimadasilva@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestre em Engenharia Química - UFCG nayaraasouza@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutorando, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, gilberlandionunesdasilva@servidor.uepb.edu.br

A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. O ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades, não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social (Dias e Pinto, 2019).

Dentro da cartilha dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais, como a Constituição Federal de 1988, e internacionais, como a Declaração dos Direitos Humanos. O 26º artigo da Declaração Universal de Direitos Humanos torna obrigatória uma educação primária gratuita para todos. Independentemente da idade, a pessoa pode, e deve, ter acesso à educação e à alfabetização (Mota, 2022).

Além da Constituição Federal, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Juntos, esses três mecanismos possibilitam o acesso fundamental de todos os cidadãos brasileiros à escola pública, permitindo que nenhuma criança, jovem ou adulto deixe de iniciar ou completar os seus estudos por falta de vaga (Mota, 2022).

Devido a sua estrutura matricial no que tange ao ordenamento jurídico-político brasileiro, a LDB ensejou a construção de uma estrutura subjacente de padronização de indicadores, métodos e técnicas de aferição de desempenho escolar (nas dimensões da Avaliação da Aprendizagem e da Avaliação Institucional) com tendência de uniformidade e que possui em seus elementos constitutivos a ênfase na mensuração dos já referidos indicadores em detrimento de processos “compreensivos” de avaliação processual, os quais, por suas características qualitativas possuem um refinamento capaz de (por exemplo) realizar ponderações dos scores com base no contexto social, cultural e econômico das populações avaliadas, o que viria a relativizar a medida de padrão único (Santos, 2018).

A reforma do ensino médio no Brasil, implementada por meio da Lei nº 13.415/2017, trouxe mudanças significativas no currículo e na estrutura dessa etapa da educação básica. Uma das principais novidades introduzidas pela reforma foi a criação dos "itinerários formativos", que permitem aos estudantes uma maior flexibilidade na escolha de áreas de conhecimento que desejam aprofundar, de acordo com seus interesses e aptidões (Brasil, 2023).

A reforma representa um marco significativo no cenário educacional do país. Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, o sistema educacional brasileiro passou por transformações fundamentais, destacando-se a flexibilização curricular. Uma das inovações mais notáveis da reforma é a incorporação da transdisciplinaridade como princípio orientador. Anteriormente, o ensino médio era estruturado em disciplinas isoladas, o que muitas vezes

limitava a compreensão holística dos estudantes sobre determinados temas. Com a introdução da transdisciplinaridade, busca-se integrar diferentes áreas do conhecimento, proporcionando aos alunos uma visão mais abrangente e conectada do mundo. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os estudantes para os desafios interdisciplinares da sociedade contemporânea (Gallon et al., 2017).

A ampliação progressiva da carga horária escolar é outra mudança crucial. Antes da reforma, o ensino médio brasileiro enfrentava desafios relacionados à carga horária insuficiente para abordar de maneira eficaz os conteúdos programáticos e desenvolver habilidades essenciais. A nova abordagem busca corrigir essa lacuna, proporcionando mais tempo para aprofundamento dos conhecimentos e atividades práticas. Essa ampliação não apenas fortalece a base educacional dos alunos, mas também contribui para uma formação mais completa e apta a enfrentar os desafios do século XXI (Borochovcicius e Tortella, 2014).

O Novo Ensino Médio começou a ser implementado nas escolas públicas e privadas do Brasil a partir de 2022. As mudanças começaram pelo primeiro ano dessa etapa de ensino, com os alunos tendo que cumprir os chamados itinerários formativos, que podem começar a ser ofertados ainda em 2022, mas só serão obrigatórios a partir de 2023. Além disso, os estudantes de ensino médio terão que dedicar mais horas ao ensino escolar: as 4 horas atuais passam para no mínimo 5, e isso já começa a valer em 2022.

A grade curricular das escolas públicas e privadas de ensino médio não terão mais o formato utilizado até então em que as disciplinas eram individuais, graças à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Agora, os conteúdos serão divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Serão elas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas. Estas divisões vão abranger Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. No entanto, das disciplinas atuais, somente Língua Portuguesa e Matemática vão ser obrigatórias nos três anos de ensino médio. O objetivo da nova organização curricular é integrar as disciplinas, fortalecendo as relações entre elas e melhorando seu entendimento e aplicação na vida real (Morales, 2022).

A introdução dos itinerários formativos é um dos pilares centrais da reforma. Esses itinerários permitem que os estudantes escolham percursos mais alinhados aos seus interesses e aptidões, personalizando sua formação. Contudo, é crucial observar que a oferta desses itinerários está condicionada ao contexto local e às possibilidades do sistema de ensino. Essa

flexibilidade reconhece as diversidades regionais e permite a adaptação das ofertas educacionais às demandas específicas de cada comunidade (Brasil, 2022).

A contextualização dos itinerários formativos é um aspecto fundamental para o sucesso da reforma do ensino médio. Cada região possui características distintas, demandas econômicas específicas e peculiaridades culturais. Portanto, a oferta de itinerários formativos deve ser sensível a essas nuances, garantindo que os estudantes tenham acesso a opções que estejam alinhadas com as oportunidades locais de emprego e desenvolvimento.

A imaturidade inerente à adolescência pode impactar significativamente as decisões dos alunos em relação aos itinerários profissionais além da falta de experiência prática e o conhecimento limitado sobre as diversas profissões podem levar a escolhas baseadas em estereótipos ou ideias superficiais. Para combater essa limitação, é essencial fornecer orientação vocacional eficaz, destacando a importância do autoconhecimento e da pesquisa sobre as opções disponíveis.

As questões sociais e econômicas também desempenham um papel fundamental na escolha do itinerário profissional. Alunos de contextos socioeconômicos desfavorecidos podem sentir uma pressão adicional para escolher caminhos que ofereçam uma rápida inserção no mercado de trabalho, muitas vezes sacrificando suas verdadeiras paixões e aptidões. Oliveira, 2022, ressalta que a equidade na educação é crucial para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de explorar seus interesses e potenciais.

Uma de suas principais promessas, é a maior autonomia para os estudantes com a flexibilização do currículo, pois poderiam optar, em parte, por matérias de seu interesse com os chamados “itinerários formativos”. Entretanto, além de muitas vezes essas matérias optativas nem sempre estarem disponíveis diversificadamente, os professores não contam com formação ou estrutura para lecioná-las. Sem contar que matérias esvaziadas de conteúdos e com nomes nada explicativos como “o que rolar por aí”, “brigadeiro caseiro”, “RPG” e “Arte de Morar” começam a fazer parte da realidade das escolas públicas (Santos, 2023).

O aumento da carga horária escolar e a ampliação do ensino de tempo integral, medida que não garante um plano de permanência e assistência estudantil para os estudantes em vulnerabilidade social, aumentando consideravelmente a evasão escolar. Em pesquisa de setembro de 2022, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) afirmou que mais de 2 milhões (dois milhões) de jovens e adolescentes brasileiros estão longe das salas de aula (Santos, 2023).

O “Novo Ensino Médio” (NEM) vem aprofundando antigos problemas dessa etapa da educação básica, como subfinanciamento, contratações insuficientes de professores(as),

profissionais atuando sem a formação adequada e, principalmente, as desigualdades entre redes públicas e privadas, escolas rurais e urbanas e entre as regiões do país. Apresentada como Medida Provisória (MP) no governo Michel Temer, em 2016, a reforma foi convertida na Lei nº 13.415/2017 e implementada durante a pandemia de Covid (Corti et al., 2023).

A escolha do itinerário profissional no ensino médio é uma etapa crucial na jornada educacional de um estudante. No entanto, somado à complexidade inerente desse processo, a imaturidade e as questões sociais do próprio aluno podem influenciar decisões que moldarão seu futuro profissional. Este artigo tem como objetivo analisar os resultados obtidos durante o primeiro ano de vigência dessa reforma, destacando os impactos observados no desempenho dos estudantes, na dinâmica das escolas e nas práticas pedagógicas adotadas.

METODOLOGIA

O tipo de metodologia aplicado foi o de revisão bibliográfica que se trata de um método sistemático para coletar, avaliar e sintetizar informações disponíveis sobre um tema específico.

Conforme mencionado por Severino em 2014, a pesquisa bibliográfica consiste na investigação que se baseia nas informações disponíveis, originárias de estudos prévios, presentes em documentos impressos como livros, artigos e teses. Essa abordagem faz uso de dados ou categorias teóricas previamente explorados por outros pesquisadores e devidamente documentados (Severino, 2014).

Para isso, foi realizada uma revisão integrativa a fim de identificar publicações de artigos e/ou trabalhos de congressos voltados para a discussão sobre a nova reforma do ensino médio e, posteriormente, analisadas as possíveis relações dessas publicações com a teoria e buscas na plataforma ‘Google Acadêmico’ bem como nos sites oficiais do Governo Federal do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo implementado na reforma, na mesma medida que possui baixa qualidade, também possui baixo custo, basta observar os modelos de “qualificação profissional” que têm sido implementados. No Paraná, por exemplo, estudantes do Ensino Médio estão assistindo a “cursos técnicos” ministrados por professores de uma faculdade privada e transmitidos via aparelhos de TV instalados nas escolas (Santos, 2023).

O Censo Escolar é uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas. A compreensão da situação educacional ocorre por intermédio de um conjunto amplo de indicadores que possibilitam monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, entre outros. Todos esses indicadores são calculados com base nos dados do Censo Escolar. Além disso, as matrículas e os dados escolares coletados servem de base para o repasse de recursos do Governo Federal e para o planejamento e divulgação de dados das avaliações realizadas pelo Inep.

No ano de 2022, registraram-se 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 714 mil matrículas a mais em comparação com o ano de 2021, o que corresponde a um aumento de 1,5% no total. Essa elevação é reflexo da expansão de 10,6% observada no último ano na matrícula da rede privada, que passou de 8,1 milhões em 2021 para 9 milhões em 2022 (Brasil, 2023).

O ensino básico como um todo - da creche ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos - somou 35.760.081 matrículas em 2022. O número é 2,07% menor se comparado aos dados preliminares de 2021. São 758.005 matrículas a menos na rede pública, que em 2021 tinha 36.518.086 estudantes. Os dados sobre matrículas são importantes para a distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e para a execução de programas na área da educação (Santos e Peixoto, 2022).

Alguns estados não contentes com os resultados do novo ensino médio realizaram uma alteração em sua grade em relação aos itinerários formativos, como a exemplo do estado de São Paulo que no Ensino Médio, os itinerários formativos, que compreendem as áreas de conhecimento às quais os estudantes podem escolher, foram reduzidas de 12 para 3, e passam a ser Exatas, ciências da Natureza e Linguagens, Ciências humanas e Ensino Médio Técnico. A alteração amplia as aulas de português e matemática e reduz a carga horária de artes, filosofia, sociologia e robótica. Também prevê eliminar as matérias eletivas. Segundo a Secretaria da Educação, a mudança tem como objetivo diminuir defasagens educacionais e preparar os estudantes para o vestibular (Malcher, 2023).

Isso significa que a política educacional que, por preceito constitucional, deveria ser elaborada para mitigar as desigualdades escolares no Ensino Médio, na prática amplifica essas desigualdades vedando o acesso dos(as) estudantes mais pobres a uma formação científica,

artística, cultural e humanística sólida nas escolas públicas de Ensino Médio (CORTI et al., 2023).

Em 2023, os primeiros estudantes do Novo Ensino Médio chegaram ao último ano com a maior parte da grade horária com disciplinas que eles consideravam superficiais e distantes do conteúdo que teriam que estudar para o vestibular. Os protestos contra a nova política levaram o Ministério da Educação a lançar uma consulta pública entre abril e o início de julho (Malcher, 2023).

Depois de um ano em vigor, a nova estrutura do Ensino Médio tem críticos e apoiadores. As críticas se dão principalmente pelo fato de a mudança ocorrer de forma desigual e precária no ensino público. Isso se dá porque as escolas públicas são conhecidas por terem poucos recursos. Logo, com a mudança, corre-se o risco de os alunos perderem carga horária de aulas relevantes, para cursar itinerários que podem não agregar muito em suas vidas. Uma vez que há falta de recursos, o ensino público oferece poucas disciplinas e projetos de qualidade para os estudantes, o que pode precarizar ainda mais o ensino, em vez de melhorar, como era o intuito inicial.

Os itinerários formativos ocuparam o espaço de disciplinas escolares historicamente presentes no ensino médio e elevaram a fragmentação curricular nas redes estaduais a níveis inéditos e assustadores: o estado de São Paulo, por exemplo, implementou 276 novas disciplinas, o Distrito Federal, 601 e o Pernambuco, 224; o Ceará consolidou 450 unidades curriculares eletivas. Se o ensino médio brasileiro já sofria com a falta de professores(as) em determinadas disciplinas escolares (que eram apenas 13), isso cresceu geometricamente com os itinerários formativos (Corti et al., 2023).

Contudo a parte diversificada dos itinerários formativos evidencia a desigualdade social enfrentado pelo País, apesar de ter sido uma boa iniciativa, caso a carga horária destinada aos itinerários diversificados fosse reduzido e a base comum associado às disciplinas bases obivessem maior espaço curricular essa reforma teria resultados mais eficazes e positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a reforma do ensino médio no Brasil representa um passo significativo na busca por uma educação mais alinhada às necessidades dos estudantes e da sociedade. A transdisciplinaridade, a ampliação da carga horária escolar e a oferta de itinerários formativos são elementos que, quando implementados de maneira eficaz e contextualizada, têm o potencial de transformar a experiência educacional, preparando os jovens para os desafios e

oportunidades do mundo contemporâneo. A atenção ao contexto local emerge como um princípio essencial, garantindo que a reforma seja verdadeiramente inclusiva e capaz de atender às demandas específicas de cada comunidade porém cauda desigualdade de conteúdos disciplinares. A idéia da reforma do ensino médio é válida porém ainda são necessários ajustes em relação aos itinerários formativos para que esse processo social não se torne desigual e raso de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio- perguntas e respostas. Brasília, 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.
- BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro. v.22, n. 83, p. 263-294, 2014.
- CORTI, Ana Paula et al. Não podemos admitir novos retrocessos no Ensino Médio brasileiro. In: Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade. São Paulo, dez. 2023.
- DIAS, E.; PINTO, F. C. F.. Educação e sociedade. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>.
- GALLON, M.S.; DOPICO, S.I.B.; FILHO, J.B.R. Transdisciplinaridade no ensino de ciências. 1 ed. Santa Cruz do Sul, 2017. ISBN:978-85-7578-457-0
- MALCHER, A. Ensino médio: SP aumenta carga horária de matemática e português. Correio Braziliense. São Paulo, 2023.
- MORALES, J. Novo Ensino Médio: o que motivou a mudança, como vai funcionar, desafios. Grupo Abril, guia dos estudantes, 2022.
- MOTA, M. C.. Direito à educação e sua garantia universal. Revista Politize! 2022.
- OLIVEIRA, R. Equidade na Educação: um assunto para todos- inclusive você. Inovações por educação, São Paulo, 2022.
- SANTOS, P. S. M. B. A gestão educacional e a qualidade educacional na LDB: Medidas e padrões (nem sempre) congruentes. Revista on line de Política e Gestão Educacional, vol. 22, núm. 1, Esp., 2018, pp. 209-222 DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v22.nesp1.2018.10791>
- SANTOS, A. Reconstruir a escola pública é reconstruir o Brasil: pela revogação do Novo Ensino Médio. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 2023.
- SANTOS, E.; PEIXOTO, R. Ensino médio teve 347 mil matrículas a menos em 2022, mostram dados preliminares do Censo Escolar. G1globo. São Paulo, 2022.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. Editora Cortez 1º edição, São Paulo, 2014.